

TO	170320	Bernardo Sayão	4.224,84
TO	170330	Bom Jesus do Tocantins	3.983,66
TO	170360	Brasilândia do Tocantins	2.973,88
TO	170370	Brejinho de Nazaré	4.957,10
TO	170380	Buriti do Tocantins	9.478,64
TO	170382	Cachoeirinha	2.971,70
TO	170384	Campos Lindos	8.181,34
TO	170386	Cariri do Tocantins	3.819,03
TO	170388	Carmolândia	2.994,56
TO	170389	Carrasco Bonito	3.692,52
TO	170390	Caseara	4.585,04
TO	170410	Centenário	3.000,59
TO	170510	Chapada da Natividade	3.211,76
TO	170460	Chapada de Areia	2.967,79
TO	170550	Colinas do Tocantins	29.539,93
TO	171670	Colméia	7.820,50
TO	170555	Combinado	4.462,16
TO	170560	Conceição do Tocantins	3.965,89
TO	170600	Couto de Magalhães	4.875,48
TO	170610	Cristalândia	6.756,09
TO	170625	Crixás do Tocantins	2.986,73
TO	170650	Darcinópolis	5.251,93
TO	170700	Dianópolis	18.530,16
TO	170710	Divinópolis do Tocantins	6.071,79
TO	170720	Dois Irmãos do Tocantins	6.639,64
TO	170730	Dueré	4.381,85
TO	170740	Esperantina	9.386,25
TO	170755	Fátima	3.674,97
TO	170765	Figueirópolis	4.982,66
TO	170770	Filadélfia	7.923,14
TO	170820	Formoso do Araguaia	16.900,93
TO	170825	Fortaleza do Tabocão	2.975,37
TO	170830	Goianorte	4.728,50
TO	170900	Goiatins	11.614,26
TO	170930	Guaraí	21.936,39
TO	170950	Gurupi	72.767,53
TO	170980	Ipueiras	3.036,54
TO	171050	Itacajá	6.864,77
TO	171070	Itaguatins	5.557,66
TO	171090	Itapiratins	3.508,79
TO	171110	Itaporã do Tocantins	2.943,89
TO	171150	Jaú do Tocantins	3.516,97
TO	171180	Juarina	2.939,78
TO	171190	Lagoa da Confusão	11.800,86
TO	171195	Lagoa do Tocantins	3.653,46
TO	171200	Lajeado	3.433,77
TO	171215	Lavandeira	3.025,29
TO	171240	Lizarda	3.602,63
TO	171245	Luzinópolis	3.022,24
TO	171250	Marianópolis do Tocantins	4.388,79
TO	171270	Mateiros	3.941,13
TO	171280	Maurilândia do Tocantins	3.217,75
TO	171320	Miracema do Tocantins	25.986,14
TO	171330	Miranorte	11.875,66
TO	171360	Monte do Carmo	6.585,97
TO	171370	Monte Santo do Tocantins	2.986,06
TO	171395	Muricilândia	3.231,25
TO	171420	Natividade	8.438,53
TO	171430	Nazaré	4.023,70
TO	171488	Nova Olinda	10.277,87
TO	171500	Nova Rosalândia	3.787,54

TO	171510	Novo Acordo	3.809,92
TO	171515	Novo Alegre	2.956,78
TO	171525	Novo Jardim	2.990,41
TO	171550	Oliveira de Fátima	2.978,83
TO	172100	Palmas	270.928,46
TO	171570	Palmeirante	4.992,63
TO	171380	Palmeiras do Tocantins	5.617,91
TO	171575	Palmeirópolis	6.853,59
TO	171610	Paraíso do Tocantins	42.408,05
TO	171620	Paraná	9.764,68
TO	171630	Pau D'Arco	4.416,88
TO	171650	Pedro Afonso	11.246,09
TO	171660	Peixe	9.928,17
TO	171665	Pequizeiro	4.878,61
TO	171700	Pindorama do Tocantins	4.248,41
TO	171720	Piraquê	2.962,48
TO	171750	Pium	6.547,05
TO	171780	Ponte Alta do Bom Jesus	4.327,60
TO	171790	Ponte Alta do Tocantins	6.894,34
TO	171800	Porto Alegre do Tocantins	2.996,93
TO	171820	Porto Nacional	46.116,60
TO	171830	Praia Norte	7.376,60
TO	171840	Presidente Kennedy	3.560,31
TO	171845	Pugmil	3.001,03
TO	171850	Recursolândia	3.797,26
TO	171855	Riachinho	4.136,70
TO	171865	Rio da Conceição	3.042,14
TO	171870	Rio dos Bois	2.988,99
TO	171875	Rio Sono	5.944,00
TO	171880	Sampaio	3.979,69
TO	171884	Sandolândia	3.271,35
TO	171886	Santa Fé do Araguaia	6.413,42
TO	171888	Santa Maria do Tocantins	3.055,68
TO	171889	Santa Rita do Tocantins	2.992,81
TO	171890	Santa Rosa do Tocantins	4.412,52
TO	171900	Santa Tereza do Tocantins	3.002,55
TO	172000	Santa Terezinha do Tocantins	2.956,73
TO	172010	São Bento do Tocantins	4.575,23
TO	172015	São Félix do Tocantins	2.988,27
TO	172020	São Miguel do Tocantins	10.107,33
TO	172025	São Salvador do Tocantins	2.972,20
TO	172030	São Sebastião do Tocantins	4.236,53
TO	172049	São Valério da Natividade	4.042,29
TO	172065	Silvanópolis	4.901,41
TO	172080	Sítio Novo do Tocantins	8.459,46
TO	172085	Sucupira	2.997,91
TO	172090	Taguatinga	14.292,02
TO	172093	Taipas do Tocantins	2.989,03
TO	172097	Talismã	3.100,09
TO	172110	Tocantínia	6.886,66
TO	172120	Tocantinópolis	20.996,37
TO	172125	Tupirama	3.028,05
TO	172130	Tupiratins	3.054,78
TO	172208	Wanderlândia	10.237,58
TO	172210	Xambioá	10.718,61
Total			1.866.719,66

PORTARIA Nº 2.758, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Institui, no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), financiamento para a ampliação do acesso ao Transplante de Células-Tronco Hematopoéticas (TCTH) alogênico não aparentado.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fim de transplante e tratamento, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT);

Considerando a Portaria nº 375/GM/MS, de 10 de março de 2014, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos à Rede SUS no exercício de 2014 para aplicação em obras de ampliação e construção de entidades privadas, sem fins lucrativos, e no incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 36 § 10, da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, e dá outras providências;

Considerando a expansão do Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME), que possibilita a rápida identificação de doadores de células-tronco hematopoéticas; e

Considerando a necessidade de ampliação da capacidade instalada de leitos para Transplante de Células Tronco-Hematopoéticas (TCTH) do tipo alogênico não aparentado, resolve:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), financiamento para a ampliação do acesso ao Transplante de Células-Tronco Hematopoéticas (TCTH) alogênico não aparentado.

Art. 2º O financiamento para ampliação do acesso ao TCTH alogênico não aparentado de que trata esta Portaria é composto pelos seguintes incentivos financeiros:

I - incentivo financeiro de investimento para ampliação ou construção de área física para implantação de novos Centros de Transplante de Células-Tronco Hematopoéticas (CTCTH) ou ampliação do número de leitos em CTCTH já existentes;

II - incentivo financeiro de investimento para aquisição de equipamentos e materiais permanentes necessários ao funcionamento dos CTCTH novos ou já existentes; e

III - incentivo financeiro de custeio para reforma de área física para implantação de novos CTCTH ou ampliação do número de leitos de CTCTH já existentes.

Parágrafo único. O somatório total dos incentivos de que trata o "caput" terá o valor máximo de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) por leito.

Art. 3º Os incentivos financeiros de que trata o art. 2º poderão ser pleiteados para estabelecimentos hospitalares que:

I - tenham celebrado contrato ou convênio com o gestor local do Sistema Único de Saúde (SUS), prevendo a implantação ou ampliação do número de leitos de TCTH alogênico não aparentado; ou

II - tenham feito aditamento do contrato ou convênio existente com o gestor local do SUS pela inserção de meta de implantação de CTCTH ou ampliação de leitos para TCTH no seu plano operativo.

Parágrafo único. O contrato ou convênio de que tratam os incisos I e II do "caput" deverá conter os seguintes compromissos:

I - prover o CTCTH com equipe profissional necessária ao desenvolvimento das atividades assistenciais nos novos leitos, garantindo equipe médica especializada e equipe de saúde multiprofissional, além de apoio administrativo, de forma a atender todas as modalidades assistenciais previstas para a unidade, como internação, hospital-dia e ambulatório, nos turnos que se fizerem necessários;

II - disponibilizar todos os leitos para TCTH alogênico não aparentado ao SNT, comprometendo-se a utilizá-los de acordo com as normas de regulação dispostas na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009;

III - integrar o SNT, comprometendo-se com o adequado acolhimento e atendimento dos casos encaminhados pelos complexos reguladores envolvidos, conforme normas pactuadas pelos gestores do SUS;

IV - implantar, no prazo de 18 (dezoito) meses, a contar do repasse dos incentivos financeiros de que trata esta Portaria, o novo CTCTH ou ampliar o número de leitos do CTCTH já existente, conforme proposto;

V - cumprir as seguintes metas no prazo de 2 (dois) anos, a contar do recebimento dos incentivos financeiros de que trata esta Portaria, sem prejuízo das metas anuais de realização de TCTH autólogo e de TCTH alogênico aparentado estabelecidas no Regulamento Técnico do SNT:

a) implantação mínima de 5 (cinco) leitos; e
b) realização de, no mínimo, 10 (dez) transplantes alogênicos não aparentados ao ano; e

VI - estar autorizado para a realização de TCTH, em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 2009.

Art. 4º Para análise e aprovação das propostas do recebimento aos incentivos financeiros de que trata o art. 2º, será considerada a seguinte ordem de prioridade de acordo com a natureza jurídica da mantenedora do hospital e tipologias de transplantes que realiza:

I - entidade pública que realiza TCTH alogênico não aparentado;

II - entidade privada sem fins lucrativos com Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS-SAÚDE) que realiza TCTH alogênico não aparentado e outros tipos de transplantes;

III - entidade privada sem fins lucrativos com CEBAS que realiza TCTH alogênico não aparentado;

IV - entidade pública que realiza TCTH alogênico aparentado;

V - entidade privada sem fins lucrativos com CEBAS que realiza TCTH alogênico aparentado e outros tipos de transplantes;

VI - entidade pública que não realiza TCTH, porém realiza outros tipos de transplantes;